

A CONSTRUÇÃO DE NOVOS SENTIDOS E IMAGENS DA MULHER NO ESPAÇO ESCOLAR POR MEIO DE UMA CARTILHA PEDAGÓGICA

Ana Lúcia PUIA

Universidade Estadual Paulista – UNESP/IBILCE
analidiapuia@yahoo.com.br

RESUMO: Nesse trabalho, tem-se por objetivo observar, em uma cartilha pedagógica elaborada pela “Secretaria Especial de Direitos e Políticas para as Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia”, localizada na cidade de São José do Rio Preto (SP), quais dizeres o discurso administrativo das políticas públicas constrói e mobiliza para validar o combate à discriminação e à violência contra as mulheres e quais dizeres são negados para produzir novos sentidos sobre a figura feminina, sobretudo, no ambiente escolar. Busca-se verificar também como o texto institucional da cartilha “Nem mais nem menos: iguais” (2005) estabelece, por meio da heterogeneidade constitutiva do dizer, uma relação com o já dito socialmente sobre a figura feminina. Os pressupostos teóricos são fundamentados, em especial, nos conceitos de heterogeneidade constitutiva e mostrada, propostos por Authier-Revuz (1990, 2004), e também em alguns conceitos da Análise de Discurso de linha francesa.

Palavras-chave: mulher; políticas públicas; discurso.

1. Introdução

No Brasil, nos últimos anos, houve, por meio das políticas públicas urbanas, como as voltadas à saúde, ao saneamento básico, à educação, à previdência, ao acesso à moradia, significativa presença e intervenção do poder público na vida dos cidadãos brasileiros. O governo, de acordo com Souza (2006), passou a ver nas políticas públicas um meio de solucionar e administrar determinados problemas sociais, como os ligados à falta de moradia, de água, de esgoto; aos baixos índices educacionais e também à violência.

A intervenção do poder público também atingiu segmentos sociais, como o dos negros e o das mulheres. Assim, em 2003, depois de anos de luta por direitos e por espaço na sociedade, os movimentos de mulheres foram institucionalizados e reconhecidos mediante a criação, em âmbito ministerial, da “Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres”. Criação esse que teve como consequência a implantação de políticas públicas dirigidas à população feminina.

Também é com a fundação e o auxílio de Secretarias Especiais, como a “Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia” – localizada no município de São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo –, que o governo busca, por meio do discurso administrativo, combater, nas esferas federal, estadual e municipal, a violência e discriminação contra a figura feminina tanto no espaço público e, sobretudo no espaço privado (doméstico).

O surgimento de políticas públicas voltadas para ao sujeito feminino só faz sentido hoje, no Brasil, mediante o contexto social e histórico no qual o sujeito feminino está inserido. Atualmente, dizeres que caracterizavam a mulher como aquela que tinha por obrigação cuidar

somente da casa e da família, como aquela que deveria se submeter à dominação masculina ou como a não cidadã, ao ponto de só ser significativamente lembrada na Constituição de 1988, não adquirem mais tanto sentido em uma sociedade que passou a reconhecer na mulher não somente a “rainha do lar”, mas também um sujeito de direitos. Cada vez mais, as mulheres foram se desvencilhando do espaço privado (doméstico) e conquistando o espaço público, historicamente marcado pela presença do homem.

Em dados estatísticos do IBGE, da “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira de 2007” e da “Pesquisa Mensal de Emprego de 2003 a 2009”, pode-se observar que, nos últimos anos, houve um aumento significativo do número de mulheres inseridas tanto no mercado de trabalho, quanto na posição de chefes de família.

A participação da população feminina, no desempenho de alguma ocupação fora do ambiente familiar, passou de 44,7%, em 2008, para 45,1% em 2009. No âmbito da família, as relações entre homens e mulheres também sofreram algumas modificações. O número de mulheres na chefia de uma casa cresceu significativamente entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões, nesse período.

Atualmente, a participação feminina no mundo público atingiu seu ápice com a chegada de Dilma Rousseff à presidência do Brasil, em janeiro de 2010. A presença de uma mulher no posto de poder e comando mais importante do País é uma prova marcante de que a população feminina cada vez mais luta por um espaço de reconhecimento social. Nessa medida, pode-se dizer que se estrutura o que Orlandi (2010) denomina de luta por lugares sociais, uma vez que a mulher estaria procurando alcançar uma posição na sociedade e ter sua fala significada e não mais culturalmente anulada pelo homem ou por algumas instituições sociais, como a família.

No entanto, há ainda, no Brasil, discursos que, além de conceberem o sujeito feminino como aquele que deve ser dominado e subjugado, também contribuem para a propagação de ações violentas e discriminatórias. São dizeres como esses que o governo busca combater por meio de seu discurso de organização das relações sociais presente em textos e documentos legais, como o “II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres” (2008), a “Lei Maria da Penha” (2006), decretos, manifestos, cartilhas que colaboram para a construção e propagação de imagens e de dizeres afirmativos sobre o público feminino na sociedade.

2. O discurso administrativo sobre a mulher em sua relação com a exterioridade dos sentidos

O conceito de discurso é aqui tomado como exercício simbólico que faz parte da construção do homem e da sua história (Orlandi, 1999). Assim, pensa-se um discurso em movimento que apresenta uma historicidade e que estabelece uma relação com a ideologia e com o social. Discurso, portanto, que além de ser determinado por exterioridade que lhe é constitutiva, também é atravessado por uma série de outros sentidos. No que se refere à noção de discurso, Orlandi (1999) afirma que ele:

(...) por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade e na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica. (ORLANDI, 1999, p.71)

A partir disso, compreende-se o discurso administrativo sobre as mulheres levando-se em consideração a relação que se estabelece entre a língua, o real da cidade e o discurso de organização espaço tal como é trabalhado por Orlandi (2004). Espaço que, de acordo com a autora, é “significado pelo administrativo no sentido diretivo da organização urbana” (ORLANDI, 2004, p.35). Portanto, o discurso administrativo das políticas públicas voltadas à população feminina é visto aqui como um discurso de organização da cidade. Organizar, portanto, no sentido de administrar o espaço no qual o sujeito mulher está inserido.

Nesse contexto, o discurso administrativo das políticas públicas voltadas à figura feminina também funciona por meio de outros dizeres constitutivos, como por meio do discurso de combate à violência doméstica. Esses dizeres estão inseridos em práticas simbólicas de significação e de construção da realidade.

Além disso, é com a ajuda de posições de organização do espaço que o poder público tenta criar e redimensionar algumas imagens historicamente construídas sobre o sujeito feminino. No que se refere ao conceito de imagem, assume-se a proposta de Pêcheux (1969) de que os lugares discursivos são construídos e projetados socialmente em termos imagéticos. Não se trata, portanto, de “imaginação” (fantasia, invenção idiossincrática), mas, como avalia Orlandi (1999), é por meio do mecanismo imaginário que se

(...) produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do jogo do objeto do discurso (do que eu estou falando, do que eu estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. (ORLANDI, 1999, p.40)

Dessa maneira, pode-se dizer que as formações imaginárias são mecanismos do funcionamento discursivo que correspondem às relações de sentidos entre os discursos, às antecipações da posição do interlocutor e às relações de forças mediante a posição social da qual o sujeito fala. Faz necessário dizer, ainda, que as formações imaginárias também são produzidas diante de um contexto sócio-histórico e diante do domínio da memória discursiva. Nessa, o dizer se apresenta na forma do pré-construído, do “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (...)” (PECHEUX, 1995, p.164).

Partindo para a noção de sujeito discursivo, Pêcheux (1995) afirma que, além de ser constituído ideologicamente, ele também é produto da história, sofrendo, assim, determinação das diferentes formas de poder que são concretizadas nas diferentes formações discursivas. No discurso administrativo sobre a mulher, tem-se um indivíduo que é interpelado em sujeito pelo poder público. Esse ao organizar o espaço urbano, também administra os sentidos e os dizeres. Desse modo, o sujeito feminino, atravessado pelo discurso administrativo, também recebe a influência da ideologia e da história em sua constituição. Ele só se significa em sua relação com a língua e com o social, simbolizando-se no e pelo meio.

Ao se pensar na posição sujeito mulher construída pelo discurso das políticas públicas e também na tentativa do poder público de propagar sentidos e dizeres afirmativos sobre a população feminina, depreende-se que um discurso nunca é homogêneo, mas atravessado por uma série de outros já ditos, caracterizando, dessa forma, a linguagem como heterogeneamente constituída.

Foi pensando nesses já ditos que perpassam significativamente os discursos que Authier-Revuz (1990) trabalhou o conceito de heterogeneidade constitutiva, observando que “nenhuma palavra é ‘neutra’, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais ‘viveu sua existência socialmente sustentada’” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.27). Há, portanto, uma profusão de *vozes* que, além de relacionar a língua com um exterior que lhe é constitutivo, também marcam “o lugar do outro”, “(...) um outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o diferente, mas *um outro que atravessa constitutivamente o um*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.25).

Desse modo, ao observar esse outro que se revela na constituição de todo dizer, Authier-Revuz (1990) propõe o estudo da heterogeneidade mostrada “como formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26). É, portanto, por meio da heterogeneidade mostrada que o enunciador representa “seu” discurso e se representa no discurso.

Por sua vez, a alteridade, os diferentes pontos de vista, podem-se manifestar na construção de um dizer por meio de outra língua, de uma variedade de língua, de outro registro discursivo, de um discurso oposto, do discurso direto e indireto, da utilização das aspas, do itálico e das glosas, dentre outras formas (AUTHIER-REVUZ, 1990). Vale destacar que, nesse trabalho, a presença do discurso do outro, na construção de sentidos produzidos sobre a mulher em um documento de política pública, como a cartilha, será estudado, levando-se em consideração que um dizer, de acordo com Authier-Revuz (1990), “pode ser caracterizado como discurso dos outros, discurso usual se assim se quiser, de alguns outros, de um outro particular” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.30), podendo marcar, nessa perspectiva, um dizer *moralista, feminista, machista*, dentre outros, que circulam na sociedade contemporânea.

A heterogeneidade mostrada também é considerada pela autora como modo de denegação da heterogeneidade constitutiva. Assim sendo,

(...) as marcas explícitas de heterogeneidade respondem à ameaça que representa, para o desejo de domínio do sujeito falante, o fato de que ele não pode escapar ao domínio de uma fala que, fundamentalmente, é heterogênea. Através dessas marcas, *designando o outro localizadamente*, o sujeito empenha-se em *fortalecer o estatuto do um*. É nesse sentido que a heterogeneidade mostrada pode ser considerada como um modo de denegação no discurso da heterogeneidade constitutiva que depende *do outro no um*. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.743-74)

Portanto, ao mesmo tempo em que o enunciador nega um discurso para afirmar outro, ele também mostra o quanto aquele outro é importante para a sua constituição e para a constituição do seu dizer, tal como ocorre na construção, nas políticas públicas, de um discurso de proteção e valorização da figura feminina que joga com ditos que desprestigiam e inferiorizam a presença feminina na sociedade.

Dessa forma, no decorrer da análise da cartilha “Nem mais nem menos: iguais” (2005), procura-se verificar não só como diferentes vozes se manifestam na construção de novos dizeres sobre a figura feminina, mas também como o discurso outro, ao ser negado pelas instituições de políticas públicas, também se faz presente na constituição de um discurso de combate à violência contra a mulher, sobretudo, no ambiente escolar.

É também no espaço escolar que a cartilha, por meio da sua função didático-pedagógica, desempenha papel fundamental na propagação de valores e contrários a formas

de violência e discriminações dirigidas à figura feminina. Nessa medida a cartilha atinge de maneira significativa determinada parcela da população, como os(as) alunos(as) que venham a gerar ou sofrer violências. Assim, a cartilha, com seu discurso didático, procura disseminar sentidos e moldar conceitos no combate à violência contra a mulher.

3. Construção de novas imagens e sentidos sobre a mulher nos enunciados da cartilha

Antes de partir para a análise dos enunciados que compõem a cartilha, é necessário iniciar essa seção tecendo considerações sobre o conceito de enunciado trabalhado aqui. Do ponto de vista assumido, o enunciado não é mero transmissor de informações, mas elemento importante para a constituição dos sentidos. É impossível analisar um enunciado sem se pensar nas diferentes *vozes* que o compõem e que contribuem para a produção de sentido. Também é por meio dos enunciados que se estabelece um jogo argumentativo e de construção da realidade. Deve-se, ainda, levar em consideração que os enunciados são compostos de palavras e essas, de acordo com Orlandi (1999), “significam pela história e pela língua” (p.32), portanto, produzem sentidos em condições histórico-ideológicas específicas.

Com relação à cartilha “Nem mais nem menos: iguais” (2005), pode-se dizer que ela é texto institucional que está vinculado diretamente ao discurso administrativo das políticas públicas explicitamente voltadas à figura feminina no Brasil. Faz-se necessário lembrar, inicialmente, que uma das definições de cartilha é a de compilação de padrão de comportamentos ou de maneira de ser. Concebida na esfera institucional da escola, assume, assim, papel pedagógico importante de ditar diretrizes no combate à violência e discriminação contra o sujeito feminino. A igualdade de direitos entre homens e mulheres e a construção de novos dizeres e imagens do sujeito feminino são temas colocados em evidência, na tentativa de negar a presença de sentidos que ainda discriminam, inferiorizam e subjagam a população feminina social, histórica e culturalmente.

Já no próprio título da cartilha, “**Nem mais nem menos: iguais**” (2005) (grifo nosso), observa-se uma primeira tentativa de negar, no emprego da locução, dizeres que concebem a mulher como inferior ao homem. Assim, ao trazer o sentido de que homens e mulheres são *exatamente* iguais enquanto cidadãos jurídicos, busca-se silenciar discursos que sustentam diferenças (sociais, culturais, jurídicas) entre as figuras masculina e a feminina na sociedade.

O locutor, para legitimar o sentido de igualdade, também estabelece uma intertextualidade com o texto da Constituição de 1988, que prega, dentre outros aspectos, a equidade de direitos entre todos os cidadãos brasileiros, como se pode verificar na passagem a seguir retirada da cartilha: “Reconhecendo os direitos iguais na educação, saúde, moradia, trabalho não importando sexo, etnia, religião, posição política, é ter acesso as direitos previstos na Constituição de que “todos são iguais perante a lei” (p.3). Por meio desse enunciado, verifica-se que o locutor da cartilha se insere em uma formação discursiva de defesa da igualdade de direitos ao sustentar, por meio do seu dizer, a igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos sociais.

Além disso, ao se reconhecer que homens e mulheres têm “direitos iguais na educação, saúde, moradia, trabalho **não** importando sexo, etnia, religião, posição política” (grifo nosso), pretende, por meio do funcionamento da denegação, apagar um discurso outro que defende a ideia de que, a depender do sexo, da raça ou da posição social, os sujeitos teriam direitos diferenciados na sociedade.

Nos enunciados que se seguem, novamente constata-se a tentativa do poder público institucional de silenciar discursos que, da ordem do senso comum, buscam diminuir a posição da mulher socialmente.

Uma pessoa sexista julga as mulheres inferiores e dependentes. Pessoas sexistas, dizem, por exemplo, que alguém que faz besteiras no trânsito só pode ser mulher, que homem que chora é bicha, que cozinhar é coisa de mulher ou que política e futebol são coisas de homens. As mulheres são tão capazes de dirigir, governar e jogar bola quanto os homens e os homens são tão capazes de cozinhar e têm direitos de chorar quanto às mulheres. (NEM MAIS NEM MENOS: IGUAIS, 2005, p.5)

Pessoas que, no dia-a-dia, com suas práticas e idéias, tratam as mulheres como seres inferiores são machistas. Essas pessoas acham normal a mulher ganhar menos que o homem, apanhar, ser desrespeitada ou ser mandada pelo marido, companheiro ou irmão. Elas creditam que é “natural” a mulher ficar em casa, cuidando da casa e dos filhos, enquanto o homem vai trabalhar fora. (NEM MAIS NEM MENOS: IGUAIS, 2005, p.7)

Ao tentar negar discursos que desprestigiam a população feminina, o dizer governamental novamente lança mão do discurso de igualdade de direitos, tal como se verifica em: “As mulheres são tão capazes de dirigir, governar e jogar bola quanto os homens e os homens são tão capazes de cozinhar e têm direitos de chorar quanto às mulheres”. A produção desse enunciado, por sua vez, procura apagar significações negativas construídas sobre o lugar que o sujeito feminino ocupa socialmente, como as presentes no enunciado a seguir: “Uma pessoa sexista julga as mulheres inferiores e dependentes. Pessoas sexistas, dizem, por exemplo, que alguém que faz besteiras no trânsito só pode ser mulher, que cozinhar é coisa de mulher ou que política e futebol são coisas de homens”.

O que não é dito, mas que se significa, é que ser “sexista” é ser, portanto, um sujeito contrário à igualdade de direitos. Um sujeito que, conseqüentemente, deve ter seu dizer anulado por um discurso administrativo de valorização da mulher. Nessa linha de raciocínio, ser “machista” é também assumir a posição daquele que vê na mulher um sujeito inferior e passível de sofrer preconceitos, “Pessoas que, no dia-a-dia, com suas práticas e idéias, tratam as mulheres como seres inferiores são machistas”.

As chamadas “pessoas machistas” também apresentam seus discursos atingidos e estruturados por outros dizeres constitutivos, uma vez que estão inseridas em um grupo de sujeitos que “(...) acham normal a mulher ganhar menos que o homem, apanhar, ser desrespeitada ou ser mandada pelo marido, companheiro ou irmão”. No enunciado anterior, vocábulos como “apanhar”, “desrespeitada” e “mandada” terminam por inserir a mulher em um espaço de violência, seja ele de ordem física (“apanhar”) ou moral (“desrespeitada”, “mandada”).

Assim, pode-se constatar que os sentidos construídos sobre a inferioridade feminina frente à figura masculina são marcados por uma série de dizeres que contribuem para ratificar cultural e historicamente posições e imagens negativas da mulher, seja no espaço público (“Pessoas sexistas, dizem, por exemplo, que alguém que faz besteiras no trânsito só pode ser mulher (...)), seja no espaço privado/doméstico (“Elas creditam que é ‘natural’ a mulher ficar em casa, cuidando da casa e dos filhos, enquanto o homem vai trabalhar fora”). Porém, são justamente essas imagens e posições que o discurso das políticas públicas tenta refutar, ao construir o sentido de que homens e mulheres são iguais juridicamente e de que a população feminina deve ser respeitada e não mais culturalmente subjugada.

Nos enunciados em análise, observa-se também que os discursos que se constituem – não apenas o de exaltação do sujeito feminino, mas também o de combate à discriminação e violência –, aparecem, de acordo com Authier-Revuz (2004), “constantemente trabalhado

pelo jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.41). Desse modo, é também no embate ao discurso outro, ao discurso discriminatório e dito “machista”, que novos sentidos sobre a mulher são significados e formulados socialmente, sendo divulgados, em ambiente escolar público, por meio de uma cartilha pedagógica.

No texto da cartilha, encontram-se, ainda, exercícios que, dirigidos aos estudantes, esperam, por meio de formas marcadas da heterogeneidade mostrada, ora silenciar sentidos preestabelecidos, ora construir novos discursos sobre o sujeito feminino, tal como a atividade que se segue:

Discuta as frases abaixo e dê uma opinião sobre elas:

1. A mulher deve cuidar da família, o homem deve trazer o dinheiro para a casa. 2. Meninos e meninas podem desenvolver a qualidade de liderança. 3. Homem que é homem chora. 4. Lá em casa todo mundo ajuda: meu pai cozinha, minha mãe lava, meu irmão limpa a casa e eu arrumo. 5. A mulher tem mais é que esquentar a barriga no fogão e esfriá-la no tanque. 6. Ela acabou de se formar e já foi contratada como engenheira de obras. 7. Lugar de mulher é em casa!!! 8. Meninos e meninas podem brincar juntos com o mesmo tipo de brinquedos. 9. Ela é reconhecida como uma excelente senadora. 10. Mulheres e homens têm os mesmos direitos e deveres. 11. Você soube da Ana? Além de tirar ótimas notas, ela passou na seleção para o time de futebol. 12. No Hip Hop, há poucas mulheres compositoras e cantoras. (NEM MAIS NEM MENOS: IGUAIS, 2005, p.9-10)

Destaca-se, dentre os enunciados que socialmente discriminam a mulher, tais como “1. A mulher deve cuidar da família, o homem deve trazer o dinheiro para a casa”; “5. A mulher tem mais é que esquentar a barriga no fogão e esfriá-la no tanque” e “7. Lugar de Mulher é em casa”, que o objetivo do locutor parece ser o de negá-los e apagá-los para reafirmar outros dizeres que, da ordem da esfera administração e organização pública, procuram prestigiar e defender a posição da mulher também fora do ambiente doméstico, “2. Meninos e meninas podem desenvolver a qualidade de liderança”; “6. Ela acabou de se formar e já foi contratada como engenheira de obras”; “9. Ela é reconhecida como uma excelente senadora”.

Há, pois, a tentativa de romper, por meio de reflexão crítica, o consenso que historicamente consolidou dizeres preconceituosos sobre determinados papéis assumidos pelo sujeito feminino na sociedade. Parece ser insuficiente, para o estudioso em linguagem analisar os enunciados expostos acima apenas a partir de um ponto de vista da intertextualidade restrita – isto é, da retomada de enunciados prévios conhecidos –, uma vez que neles há a retomada de discursos sócio-historicamente formulados e atingidos pela memória discursiva.

Assim sendo, as políticas públicas pretendem construir, no meio escolar, sentidos e imagens que caracterizam a mulher não mais como sujeito submisso destinado a ficar em casa, cuidando da família e dos trabalhos domésticos, mas como sujeito de direitos que também assume obrigações fora do espaço privado. Dessa perspectiva, discursos como “5. A mulher tem mais é que esquentar a barriga no fogão e esfriá-la no tanque” vs. “4. Lá em casa todo mundo ajuda: meu pai cozinha, minha mãe lava, meu irmão limpa a casa e eu arrumo” ou “10. Mulheres e homens têm os mesmos direitos e deveres” entram em confronto na constituição de dizeres sobre as mulheres.

Com efeito, Authier-Revuz (2004), afirma que a “‘pluriacentuação’ da palavra não dá, com efeito, halos conotativos variáveis em torno de um núcleo de sentido comum, mas ‘acentos contraditórios que se cruzam no interior de cada palavra’, num sentido que se faz *no*

e *pelo* entrecruzamento dos discursos” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.36, grifos no original). Dessa forma, é, em meio ao jogo de vários dizeres conflitantes, que a mulher passa a ser caracterizada e ressignificada por meio do discurso das políticas públicas.

Vale ressaltar que o emprego de verbos como *dever*, *ser* e *ter*, em “1. A mulher **deve** cuidar da família, o homem **deve** trazer o dinheiro para a casa”; “7. Lugar de Mulher **é** em casa”; “9. Ela **é** reconhecida como uma excelente senadora” e “10. Mulheres e homens **têm** os mesmos direitos e deveres” (grifo nosso), desempenham papel importante ora na evocação de discursos já enunciados sobre a mulher, ora na estruturação de novos sentidos sobre a figura feminina. Segundo Fiorin (2001), os verbos no presente do indicativo são, na maioria das vezes, utilizados para “evocar verdades eternas ou que se pretendem como tais” (FIORIN, 2001, p.151). Desse modo, em determinados enunciados, assertivas marcam e reforçam dizeres que histórica e socialmente se constituem em torno do público feminino, “7. Lugar de Mulher **é** em casa”. Já em outros, o emprego de verbos no presente do indicativo serve para a construção e afirmação de novos dizeres e imagens sobre a mulher, “10. Mulheres e homens **têm** os mesmos direitos e deveres”.

Nos enunciados da cartilha, também pode-se vislumbrar a(s) imagem(ns) de interlocutor(es) que é(são) produzida(s). De acordo com Authier-Revuz (2004), “todo discurso é dirigido a um interlocutor” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.41), interpelado a se posicionar sobre determinados dizeres que circulam socialmente. Essa interpelação também se dá por meio de alguns enunciados presentes na cartilha, como: “Por que as mulheres são vistas como más motoristas? Proponha um debate com seus colegas” (p.6); “Você conhece alguém machista? Se conhece, por que você considera essa pessoa machista? Proponha um debate na sua sala e faça aqui seus comentários e observações” (p.8); “Por que você acha que não aparece na História as realizações das mulheres? O que você pensa sobre isso?” (p.20).

Este interlocutor, “convidado” a tomar uma *atitude responsiva* frente aos discursos apresentados, é o(a) aluno(a), o(a) adolescente, o(a) filho(a), o(a) futuro(a) companheiro(a), que é visto(a) pelas políticas públicas como aquele(a) que irá multiplicar, na sociedade, ações / dizeres de combate à violência e discriminação contra a população feminina. O ambiente da escola é, portanto, concebido, pelo poder público, como lugar de excelência para a (in)formação do(a) cidadão(ã).

Sobre a atitude responsiva do interlocutor, Authier-Revuz (2004), afirma que:

Assim como a orientação através do meio “exterior” dos outros discursos é um processo constitutivo do discurso, a orientação para um destinatário se marca no tecido do discurso que está sendo proferido. O outro é, para o locutor, de qualquer modo, apreendido como discurso: mais precisamente, a compreensão é concebida não como uma recepção “decodificadora”, mas como um fenômeno ativo, especificamente dialógico de “resposta”, por um “contra-discurso”. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.42)

Dessa forma, ao pedir para o aluno expressar suas opiniões frente a discursos já enunciados sobre a mulher, a instituição escolar e o governo também têm por objetivo romper com determinadas imagens e determinados sentidos preestabelecidos. O interlocutor da cartilha é, pois, convocado a responder ao discurso outro – a um discurso que se pode caracterizar como machista, moralista, do senso comum – por meio da produção de novos dizeres afirmativos sobre o sujeito feminino. Assim, ao solicitar aos alunos expressarem discursos valorativos com relação ao público feminino, promove-se a negação de significações e de imagens que ainda veem na mulher um ser submisso e inferior a ponto de ser desrespeitado e violentado pela sociedade.

4. Considerações finais

A partir das reflexões realizadas nesse trabalho, pode-se dizer que o poder público, ao tentar, por meio de enunciados presentes na cartilha, apagar a manifestação de discursos responsáveis por disseminar preconceitos, discriminações e violências contra o sujeito feminino, acaba por indicar o quão significativa é a presença desses discursos na constituição de um dizer administrativo de valorização da população feminina.

Nesse contexto de significação, o governo, pretende, ao produzir novos dizeres sobre o sujeito feminino, redimensionar, sobretudo no meio escolar, imagens e sentidos que se constituíram sócio-historicamente, mostrando que as mulheres não podem e não devem ser mais vistas como sujeitos inferiores, mas como sujeitos que possuem os mesmos direitos jurídicos e sociais dos homens. É dessa maneira, que o discurso de igualdade de direitos emerge constitutivamente em alguns dos enunciados presentes na cartilha “Nem mais nem menos: iguais” (2005).

A chegada de Dilma Rousseff à presidência da república foi uma conquista muito significativa na trajetória social da mulher brasileira, mas isso não anula o fato de Dilma, por ser mulher, ter sofrido, ao longo da campanha, rejeições de uma parte da população que ainda acredita que o poder de decisão e administração de um país só pode ser delegado a um homem. Essa parcela é, portanto, afetada por uma memória discursiva que vê somente no sujeito masculino o direito ao exercício do poder. Em fevereiro de 2011, no plenário, a senadora Marta Suplicy tentou quebrar essa imagem ao corrigir o senador José Sarney quanto esse utilizou a palavra presidente e não presidenta para se referir a Dilma Rousseff. Tal atitude da senadora pode indicar uma tentativa de mostrar que a mulher não pode e não deve ser mais determinada a partir de posições historicamente ocupadas pela figura masculina, como na presidência de um país.

Com relação ao discurso de combate à discriminação e à violência contra a população feminina, que o poder público tenta promover com a ajuda de uma cartilha pedagógica, pode-se observar que ele também entra em confronto com outros já ditos que, circulando socialmente, ainda subjugam e desrespeitam a figura feminina. É ainda nesse embate heterogêneo (*dissonante*) de vozes que se desenha a imagem do aluno como o interlocutor modelo da cartilha, podendo funcionar como um multiplicador não só de ações de combate à violência, mas também de novas imagens e sentidos sobre as mulheres, propagados no ambiente escolar com auxílio das políticas públicas.

5. Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz. E João Wanderley Geraldi. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas (SP), v.19, 1990.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. In: AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FIORIN, J. L. Do tempo: In: FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2001.

NEM MAIS E NEM MENOS: IGUAIS. São José do Rio Preto: Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia, 2005.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas/SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. _____. *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas/SP: RG Editora, 2010.

PECHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO DE 2003 A 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2009.pdf>. Acesso em: 03 de fev. de 2011.

SINTESE DE INDICADORES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DE 2007. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados/indic-sociais2007-mulher.pdf>>. Acesso em: 03 de fev. 2011.

SOUZA, C. *Políticas pública: uma revisão da literatura*. In: *Sociologias*. Porto Alegre, n.16 jul/dez, p.20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf#>>. Acesso em: 10 de jan. de 2011.

6. Bibliografia consultada

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Heterogeneidade mostrada/constitutiva. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. A heterogeneidade mostrada. In: MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3 ed. Campinas (SP): Pontes, 1997.

PECHEUX, M. Análise automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1990.